

Livros tidos como subversivos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Reflexões sobre o rito sumário contra Elza Pereira

Books considered subversive at UFMG: reflections on the summary trial against Elza Pereira /
Libros considerados subversivos en la UFMG: reflexiones sobre el rito sumario contra Elza Pereira

Diná Marques Pereira Araújo

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bibliotecária documentalista da Pró-Reitoria de Cultura da UFMG, Brasil.
dina.ufmg@gmail.com

Wellington Marçal de Carvalho

Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Vice-diretor da Biblioteca Universitária do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.
marcalwellington@yahoo.com.br

Anália das Graças Gandini Pontelo

Mestra em Administração pelo Centro Acadêmico Unihorizontes. Bibliotecária documentalista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.
analiagandini@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo reflete sobre a censura de livros no contexto universitário brasileiro, de 1964 a 1985, e tem como objeto de análise documentos do rito sumário contra Elza Pereira. A pesquisa entrelaça a censura em bibliotecas, as consequências da ditadura militar na vida acadêmica e profissional da aluna e em quais medidas os textos, ditos subversivos, foram usados para a condenação de pessoas.

Palavras-chave: ditadura militar; livros subversivos; bibliotecas universitárias; censura.

ABSTRACT

The article reflects on the censorship of books in the Brazilian university context, from 1964 to 1985, and has as its object of analysis documents of the summary trial against Elza Pereira. The research intertwines censorship in libraries, the consequences of the military dictatorship on the student's academic and professional life and the extent to which texts, considered subversive, were used to convict people.

Keywords: military dictatorship; subversive books; university libraries; censorship.

RESUMEN

El artículo reflexiona sobre la censura de libros en el contexto universitario brasileño, de 1964 a 1985, y tiene como objeto de análisis documentos del rito sumario contra Elza Pereira. La investigación entrelaza la censura en las bibliotecas, las consecuencias de la dictadura militar en la vida académica y profesional de la estudiante y hasta qué punto textos supuestamente subversivos fueron utilizados para condenar a la gente.

Palabras clave: dictadura militar; libros subversivos; bibliotecas universitarias; censura.

Introdução

Na Panduria, nação ilustre, uma suspeita insinuou-se um dia nas mentes dos oficiais superiores: a de que livros contivessem opiniões contrárias ao prestígio militar. De fato, a partir de processos e investigações, percebeu-se que esse hábito, agora tão difundido, de considerar os generais como gente que também pode se enganar e organizar desastres, e as guerras como algo às vezes diferente das radiosas cavalgadas para destinos gloriosos, era partilhado por grande quantidade de livros, modernos e antigos, pandurianos e estrangeiros.

O Estado-maior da Panduria se reuniu para fazer um balanço da situação. Mas não se sabia por onde começar, porque em matéria bibliográfica ninguém era muito versado. Foi nomeada uma comissão de inquérito, comandada pelo general Fedina, oficial severo e escrupuloso. A comissão iria examinar todos os livros da maior biblioteca da Panduria.

[...] Os militares tomaram posse da biblioteca numa chuvosa manhã de novembro.

(Calvino, 2010, p. 67)

O conto “Um general na biblioteca”, de Ítalo Calvino, descreve a ocupação militar de uma biblioteca devido ao risco permanente de seus livros para o poder vigente. O general Fedina e quatro tenentes, destinados a desvendar os segredos dos livros, não conseguiram cumprir com agilidade e objetividade a meta proposta; na realidade, eles se perdem nos caminhos bifurcados da biblioteca: “A floresta dos livros, em vez de desbastada, parecia ficar cada vez mais emaranhada e insidiosa”. Após ler uma grande série de livros, as marcas de censura, materializadas em carimbos, deixam de ser aplicadas aos livros. “Os carimbos do general Fedina iam ficando ociosos”, sobretudo porque ele se embrenhava “em raciocínios históricos, filosóficos e econômicos” (Calvino, 2010, p. 69-70). Por fim, o general apresenta o relatório com um desfecho indesejado por seus superiores. Ao ouvir sua exposição, a “assembleia dos generais da Panduria empalideceu, arregalou os olhos, reencontrou a voz, gritou”. Assim, o general e os tenentes são “mandados para a reserva por motivos de saúde”, por causa de “um grave esgotamento nervoso contraído no serviço” (Calvino, 2010, p. 71-72). Desde então, os militares punidos, vestidos à paisana, eram vistos entrando na biblioteca.

Calvino reforça em sua ficção a obsessão militar por cercear e interromper fontes reais e potenciais que ameaçam a sua hegemonia. São poucos os momentos em que o conto está distante dos relatos sobre a repressão aos livros durante a ditadura militar no Brasil.

O irônico e pertinente conto de Calvino faz lembrar uma descoberta do Projeto República,¹ protagonizada pela professora Heloísa Starling, que identificou o *Relatório Figueiredo*, um documento que descreve o massacre de indígenas durante o regime militar no Brasil, possivelmente um relatório indesejado pelos militares na época, pois documenta tudo o que não se queria registrar para a memória. Por motivos desconhecidos, a instituição que o guardava descartou tal documento no lixo. Contudo, este artigo não irá tratar desse relatório.

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a censura de livros no contexto universitário brasileiro, no período de 1964 a 1985, tendo como objeto de análise documentos referentes ao rito sumário contra Elza Pereira, presente no Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais (Aesi-UFMG). O artigo é fruto de pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida como parte do projeto de extensão “Livros Raros e Especiais”, realizado pela Biblioteca Universitária da UFMG, no período de 2013 a 2015. Em termos teóricos, aborda brevemente a censura em bibliotecas e suas consequências na formação de acervos bibliográficos. Em seguida, de modo mais verticalizado, relata a presença do regime militar nas universidades brasileiras entre os anos de 1964 e 1985, com foco específico para a criação da Assessoria Especial de Segurança e Informações. As análises e os resultados da pesquisa entrelaçam a censura em bibliotecas, as consequências da ditadura militar na vida acadêmica e profissional de Elza Pereira e em quais medidas os textos (livros, folhetos, manuscritos), ditos subversivos, foram usados para a condenação de pessoas no Brasil.

¹ O Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória é vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich/UFMG). Foi criado em setembro de 2001 pelos professores Heloisa Maria Murgel Starling e Rodrigo Patto Sá Motta e tem como foco o período histórico republicano brasileiro e o estudo da temática do republicanismo.

Censura e biblioteca: a subversão da palavra escrita

A perseguição e destruição de livros no século XX foram vivenciadas em guerras civis, nas grandes guerras e em regimes militares e totalitários. A destruição dos livros, alimentada pelo medo e/ou ódio ao conteúdo que eles veiculam, pode ser identificada em pesquisas sobre os usos do livro como instrumento de sociabilidade cultural ou como instrumento questionador e modificador do pensamento. Os usos do livro refletem assim a longa tradição da cultura escrita, sobretudo porque eles guardam entre suas pastas e sustentam em suas folhas os pensamentos e as liberdades sonhados pela humanidade ao longo de sua história.

No conto *A muralha e os livros*, Borges (2007) descreve que o imperador que ordenou a construção das muralhas da China foi o mesmo que ordenou a queima de todos os livros anteriores a ele. Borges conclui que o imperador “ergueu a muralha, porque muralhas eram defesas; queimou os livros, porque a oposição recorria a eles para louvar os antigos imperadores” (Borges, 2007, p. 9). Queimar memória é assim uma estratégia de apagamento de ideias divergentes. Bradbury (1953) apresenta em *Fahrenheit 451* um mundo distópico, em que os livros são objetos perigosos e proibidos e seus portadores considerados criminosos. Ironicamente, quando encontrados, imediatamente são queimados por bombeiros. Em *Fahrenheit 451* o subterfúgio para manter a memória da palavra impressa passa a ser a memória gravada nas mentes das pessoas, manifestadas e perpetuadas a partir da oralidade.

Não somente na ficção os textos são alvos de destruição, em *História universal da destruição dos livros*, Baéz (2004) descreve a devastação de livros a partir das inquietudes causadas pelas memórias indesejadas e em quais medidas elas alimentaram as práticas de apagar a presença latente da palavra escrita.

No que se refere às disputas de apagar e de impor narrativas, Ricoeur (2007) detalha as complexas perspectivas que envolvem os modos como as sociedades lidam com seus passados. Não sem razão, ele propõe que a memória seja usada de modo crítico e alerta sobre os riscos da manipulação e do esquecimento seletivo e, por isso, a importância de se questionar e avaliar a história. Para o autor, a memória enquanto fenômeno individual e coletivo ligado à identidade e à construção do passado pode ser analisada em duas perspectivas, a memória fiel (lembança, dita autêntica) e a memória manipulada (construída e influenciada por interesses políticos e sociais). O esquecimento, para Ricoeur, possui duas vertentes: uma destrutiva — esquecimento enquanto apagamento injusto de memórias — e outra necessária — esquecimento como meio/processo para reconciliação e superação de traumas. Nesse viés, e em consonância com o

presente artigo, destaca-se que o esquecimento destrutivo, o esquecimento seletivo e a memória manipulada são os não ditos e não justificados papéis assumidos pela censura.

Em bibliotecas, a censura está relacionada à restrição, remoção, limitação ou delimitação do acesso aos textos (livros e outros materiais informacionais) com base em critérios ideológicos, sejam políticos, religiosos, morais e/ou profissionais. A censura em bibliotecas impacta significativamente a formação de acervos, comprometendo a diversidade de conteúdos, a liberdade intelectual e o direito à informação. As consequências e os sinais da censura podem se manifestar a partir da redução de diversidades discursivas; da exclusão da pluralidade de pensamentos; da delimitação do quantitativo de perspectivas disponíveis sobre determinado tema; e do apagamento dos diferentes pontos de vista sobre o passado e o presente.

As imposições de ditadores, grupos religiosos, extremistas e/ou organizações manifestam-se em censuras deliberadas para promover certas narrativas enquanto silenciam outras. As imposições de censura nas bibliotecas afetam o avanço do ensino, pois delimitam o acesso aos textos e assim comprometem a “ação educativo crítica do ser humano” (Freire, 1996). Têm como consequência o apagamento de culturas, de representatividades e de memórias (Baéz, 2004; Ricouer, 2007). A censura promove perdas das memórias culturais, comprometendo a preservação da produção intelectual de uma sociedade. E, em tempos de tecnologias digitais de acesso à informação, além da possibilidade de serem esquecidos e/ou apagados, os textos podem ser empregados em estratégias comerciais para os usos e acessos às informações, comprometendo as garantias democráticas de acesso à informação, tema explorado e alertado por Darnton (2010).

O regime militar nas universidades brasileiras

No texto *Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação*, Frota (2014) relata as justificativas ideológicas que fundamentaram o golpe militar no Brasil em 1964 e, dentre elas, a criação do aparato informacional e repressivo, que teve como um dos pilares centrais a produção e o uso da informação para fins de repressão sobre cidadãos considerados potenciais opositores ao regime. Esse sistema de informação, planejado pelos militares, contemplava uma rede de espionagem, a produção de informações e de contrainformação, e seus aparatos legais para o regime de repressão foram os decretos e os atos institucionais (AI-1, AI-2 e AI-5). Este último — conforme Alves (1984) e Gaspari (2002) — teve grandes impactos sobre as universidades, intensificando a repressão no meio acadêmico.

Dentre eles 1) demissões de técnicos e de professores afastados ou exonerados sob acusações de atividades políticas contrárias ao regime; 2) censura, como medida de controle ideológico, identificando publicações consideradas subversivas que deveriam ser proibidas, e monitoramento de conteúdos acadêmicos; 3) intervenção (repressão, ataques e fechamentos) nos diretórios estudantis; 4) prisões, torturas e desaparecimentos de técnicos, estudantes e professores; e 5) reformas educacionais, com alteração da estrutura do ensino superior, priorizando cursos técnicos e afastando disciplinas ligadas às ciências humanas e sociais, consideradas perigosas para o regime. Ainda de acordo com Motta,

uma das primeiras e mais significativas ações implementadas pelo regime militar foi a reorganização do serviço de inteligência federal. Até então o Estado contava com o pouco eficaz Sfici (Serviço Federal de Informações e Contrainformações, criado em 1956), cujo prestígio ficou abalado dada sua inoperância nos anos críticos do governo João Goulart. As circunstâncias da queda de Goulart não deixaram dúvida que o presidente derrubado não dispunha de bons informantes, e isso foi um incentivo para os novos governantes criarem agência de informações mais eficaz.

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em meados de 1964, decorreu do interesse do regime militar em dispor de informações estratégicas úteis para as ações de governo, mas, também, da preocupação de precaver-se contra os inimigos recentemente derrotados, mas não aniquilados, particularmente a esquerda. Importa ressaltar que na concepção original o SNI deveria funcionar como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. (Motta, 2008, p. 34)

No contexto da análise do AI-5, Motta (2014) destaca o aumento da vigilância política sobre as universidades: “A partir de 1970, o governo criou órgãos de informação dentro das universidades, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs),² que fariam parte da vida acadêmica”. E ainda que o foco seja nas universidades, Motta aponta que algumas questões apresentadas nesse capítulo ajudam a entender a “comunidade de informações como um todo, pois os procedimentos eram semelhantes” (Motta, 2014).

Nas universidades, as Aesis foram criadas a partir de janeiro de 1971.

² No presente artigo, usamos as siglas Aesi e Aesis como equivalentes a ASI e ASIs, exceto em casos de citação direta de texto de outros autores.

No entanto, antes disso já havia agências de informação funcionando nas reitorias “entrosadas” com os órgãos de segurança e mobilizadas pelo temor da rebeldia universitária de 1968. Graças ao agravamento do quadro político, a DSI/MEC vinha solicitando aos reitores, desde meados de 1968, a nomeação de “elemento de ligação” para facilitar a comunicação com as universidades. (Motta, 2014, p. 196)

Victorino e Crespo (2020) informam que a atuação das Aesis

Consistia na investigação de funcionários, entidades e quaisquer pessoas que mantivessem relações profissionais com órgãos públicos, ou seja, a partir das informações reportadas pelas ASIs, o principal objetivo foi eliminar simpatizantes com qualquer pensamento progressista da vida pública fazendo com que professores, funcionários e alunos fossem expurgados do meio acadêmico, desde aposentadorias forçadas, até o exílio. (Victorino; Crespo, 2020, p. 6)

As Aesis universitárias foram extintas por meio de um processo que começou com o ofício n. 009/3000/79 – SNM/DSI/MEC, de 8 de maio de 1979 (UFMG, Aesi, 1979) e foi concluído com o decreto n. 93.314, de 30 de setembro de 1986, que dispunha sobre a extinção das Assessorias de Segurança e Informações no âmbito das instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação. (Brasil, 1986)

Aesi na UFMG

Como exposto, a Assessoria Especial de Segurança e Informações foi formada durante a ditadura militar do Brasil, no período de 1964 a 1985. No caso da UFMG, conforme apontam Araújo e Ferreira (2012, p. 64), “no arquivo Aesi-UFMG predominam documentos relacionados à vida administrativa da universidade [...] salientando a relação desta com os órgãos governamentais de segurança nacional”.

Três anos após a extinção das Aesis, de acordo com a carta GR380/89, de 7 de dezembro de 1989 (UFMG, Aesi, 1989), dirigida ao então reitor da UFMG, professor Cid Veloso, dois arquivos de aço contendo documentação da Aesi/UNI ainda estavam guardados na reitoria, onde ficaram de 1986 a 1989, à espera de procedimentos a serem enviados à universidade pelo Ministério da Educação. Entretanto, ainda no mesmo ano de extinção das Aesis, por nomeação do reitor Cid Veloso, a historiadora e professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG Maria Efigênia Lage Resende³ havia inventariado e organizado o arranjo dos documentos.

3 Falecida em abril de 2024. Para mais informações, ver Almeida (2024).

Em 1989, o arquivo foi novamente inventariado e organizado pela servidora Anna Thereza Gutierrez Horowitz e, posteriormente, transferido para guarda permanente na Biblioteca Central, tendo em vista a ausência de um setor de arquivos na universidade. O processo de transferência visou, sobretudo, à preservação da memória da universidade e assim o arquivo Aesi-UFMG foi incorporado ao acervo da Coleção Memória Intelectual da UFMG. Essa coleção iniciou-se como um projeto e consolidou sua existência a partir da resolução 01/86 (UFMG, 1987) – instrumento legal que, além de estabelecer sua missão, determina os mecanismos para o seu desenvolvimento (Araújo; Ferreira, 2012).

Após a abertura dos arquivos do regime militar no Brasil, o arquivo Aesi-UFMG possibilitou a realização de uma série de pesquisas, iniciadas pelo Projeto República, com os professores Heloísa Starling e Rodrigo Patto Sá Motta. As possibilidades de consulta franqueada tanto para a comunidade acadêmica quanto para comunidade externa diversificaram, assim, os usos do arquivo desde o início da sua abertura ao público, lenta e gradual, a partir dos anos 2000.

Dentre as possibilidades trazidas pela liberação desses arquivos está o fato de permitir conhecer algumas das situações relacionadas às vítimas da ditadura militar no Brasil, viabilizando a elas contarem suas histórias, a constituição das memórias, seja no âmbito individual, das pessoas diretamente envolvidas, como também das instituições e da sociedade.

Na perspectiva da superação do silenciamento e do apagamento de algumas dessas memórias, o presente artigo visa destacar o rito sumário sofrido pela servidora e aluna Elza Pereira e, a partir de sua breve análise, refletir sobre o papel das bibliotecas durante o regime militar, especificamente as da UFMG, tendo em vista que a condenação da aluna foi pautada em um “comportamento suspeito e posse de livros subversivos que foram identificados em seu armário na Faculdade de Medicina”, além de seus supostos “antecedentes criminais”.

Repressão aos livros na UFMG: decreto-lei 477 e a servidora e estudante Elza Pereira

Trazendo a ficção de Calvino para as práticas militares dentro das universidades brasileiras durante o regime de exceção, podemos reafirmar que o que se lia e o que se publicava naquele período era pormenorizadamente controlado – no caso das universidades – pelos arquivos das Assessorias de Seguranças e Informação (ASI), extintas Aesis.

No arquivo Aesi-UFMG identificamos a ocorrência do rito sumário relativo à aluna Elza Pereira com base no decreto-lei 477 (Brasil, 1969). Os documentos relatam inicialmente o envio de um ofício à Reitoria da UFMG, que indicava o envolvimento da aluna em inquérito policial militar, bem como a solicitação de

indiciamento dela em processo sumário com base nos itens IV e VI do artigo 1º do decreto-lei⁴ (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folhas 133-179).

Pelo teor do documento recebido pela Reitoria, ficou evidente que a aluna era alvo de investigação há muito tempo. O ofício, além de apresentar os dados biográficos da suspeita, descreve suas ações anteriores em eventos de estudantes, bem como confere os endereços onde ela possivelmente residia.

O documento tinha por objetivo relatar a detenção da aluna e solicitar à Reitoria informações sobre ela. Elza Pereira “foi detida em 8 de abril de 1969, na sede social do DCE [Diretório Central de Estudantes] da UFMG, quando ali procurava participar de uma reunião contra o aumento de preços das refeições fornecidas nos restaurantes da UFMG”. Os demais participantes da reunião foram liberados, mas Elza Pereira foi retida “em virtude de seus antecedentes (foi presa em fins de 1968 em Ibiúna, SP, quando da tentativa de realização, ali, do XXX Congresso Nacional da UNE [União Nacional dos Estudantes])” (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folha 126).

O item 6 desse documento, emitido pela Delegacia de Vigilância Especial, arrola 51 itens encontrados no escaninho da aluna, descritos da seguinte forma:

- Folheto Manifesto da Juventude Operária Católica, do Secretariado Nacional da JOC, em separata da Revista Vozes, ano 61, n. 10, outubro de 1967;
- n. 2 do Cadernos de Estudos Econômicos e Sociais do D.A. da Faculdade de Ciências Econômicas, sob o título “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”;
- Livro *Que foi o Tenentismo*, n. 22 da coleção Cadernos do Povo Brasileiro;
- Livro *Quem pode fazer a revolução no Brasil?*, n. 7 da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, autoria de Bolívar Costa;
- Livro de Louis Althusser, *Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica* (dois volumes);
- Livro *São Domingos – A guerra da América Latina*, de Neston Carlos, do editor José Álvaro;
- Livro *Quem dará o golpe no Brasil?*, n. 5 da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, de Wanderley Guilherme;
- Livro editado pelo Departamento de Publicações do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, São Paulo, setembro de 1967, com artigos sobre o governo Costa e Silva, o XXX Congresso da UNE, as guerrilhas na Guatemala, o caso Debray etc.;

4 Decreto-lei federal do Brasil n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de AI-5 (ato institucional n. 5). Decretado pelo presidente Artur da Costa e Silva, definia a punição da comunidade universitária (professores, alunos e técnicos) culpados de subversão. Os membros que eram indiciados por processo sumário eram exonerados – no caso de docentes e técnicos – ou expulsos das atividades acadêmicas – no caso de estudantes. O decreto-lei vigorou até 1979.

- n. 98, de 26 de dezembro de 1968, ano IV, de Piquete, sabidamente da Organização Político-Militar;
- n. 1 e n. 2 de *América Latina*, órgão da Organização Político-Militar;
- Livro *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Friedrich Engels, da editora Fulgor;
- Folheto mimeografado, com 18 páginas, sob o título “Entrevista com o comandante César Montez, da F.A.R. – Guatemala”;
- Folheto mimeografado, com 10 páginas, sob o título “Guerra de Guerrilhas – comandante Ernesto Che Guevara” (2 exemplares);
- Folheto mimeografado, com 17 páginas, de Bernardo Alvarado Monsón, sob o título “Notas sobre alguns problemas da Revolução Guatemalteca”;
- Folheto mimeografado, com 15 páginas, com o título “Mais vez venceremos” – Edições do Povo – general Vo Nguyen Giap.
- Volume III das edições Piquete, de Régis Debray, sob o título “Fidelismo: a longa marcha da América Latina”;
- Livro de 1967, sob o título “Eu, Gregório Bezerra, acuso!”;
- Folheto mimeografado, com 8 páginas, sob o título “O Partido”, de J. Stalin;
- Folheto mimeografado, com 6 páginas, de O Isqueiro, “órgão do CE da GB do PCBR e revolucionário”, da Guanabara, ano 3, n. 42, agosto de 1968;
- Orientação básica para atuação: 20 pontos, da “Corrente”;
- Exemplar de maio de 1968, n. XXIX de *Voz Operária*, “órgão central do Partido Comunista Brasileiro”, contendo, em separado, um manifesto de Luis Carlos Prestes “aos trabalhadores e a todo o povo brasileiro”;
- Uma folha datilografada, sob o título “Roteiro para estudo”, com vários itens, como “A revolução”, “A tomada do poder”, “A situação internacional – América Latina – O Brasil”, “O processo revolucionário na América Latina”, “A guerra de guerrilhas”, “As críticas”, “As experiências da América Latina”, “As condições do Brasil”;
- Folheto mimeografado, sob o título “Reencontro histórico ou simples mistificação”, do “Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro”;
- Edição *Cinquenta anos da grande revolução socialista de outubro*;
- Publicação, em 16 páginas, de setembro de 1968, do “Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro”, contendo a “Resolução do Comitê Central do PCB – Avançar na luta contra a ditadura”;
- n. XLIV – outubro de 1968, de *Voz Operária* – “Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro”;
- Material mimeografado, com 10 páginas, contendo a “Carta política da chapa Nova UNE (gestão 68/69)”;
- Tese para o XXX Congresso da UNE, em três folhas, sob o título “Forma de luta e organização do ME”;

- Material mimeografado, com 12 folhas, sobre “O movimento estudantil em nossa sociedade”, “Como se integra o ME nas lutas populares”, “A questão da universidade”, “Formas de luta do movimento estudantil” e “Formas de organização dos estudantes”;
- Página quatro do 4º caderno do *Correio da Manhã*, de 1 de dezembro de 1968, contendo um artigo de “Rosa Ribeiro – Os Estudantes – Raízes, momento e Perspectivas”;
- Folheto sob o título “Reforma universitária” – “Realidade Brasileira”, edição do D.A. da Escola de Engenharia da UFMG, gestão de Antônio Divino Moura;
- Uma página datilografada, sob o título “Pontos para análise e discussão sobre o ME, seu papel e perspectivas”;
- Edição *Universidade Democrática – Movimento Unidade e Ação*;
- Cinco páginas mimeografadas, sob o título “Por uma universidade crítica – proposição de um programa”, do “Centro de Documentação”;
- Conjunto mimeografado, variado;
- Uma página mimeografada a álcool, sobre a 2ª fase do Congresso da UNE;
- Publicação do D.A. da Fafich, na gestão de Waldo Silva, sob a título “A pesquisa da Michigan State University na UFMG e no Vietnã”;
- Publicação da Comissão de Imprensa da UEB, “30º Congresso da UNE – Política educacional do governo”;
- Duas páginas mimeografadas, do GT-2, sob o título “Pontos para discussão dos GTs”;
- Duas páginas mimeografadas, do GT-3, sob o título “Sobre o aparecimento do grupo decisão”;
- n. XLVII – janeiro de 1969, de *Voz Operária* – Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro;
- Cinco páginas mimeografadas, sob o título “Informe do Conselho Nacional dos Estudantes – UNE, julho de 1968”;
- 18 páginas datilografadas, em carbono, contendo o texto da “Conferência do arcebispo de Recife E Olinda, d. Helder Câmara, diálogo com os formandos da Faculdade de Filosofia Sorocaba, 10 de dezembro de 1967”;
- Duas páginas mimeografadas, sob o título “Nota oficial da União Nacional dos Estudantes sobre o XXXº Congresso Nacional dos Estudantes”;
- Nove páginas mimeografadas, começando com “Já passaram vinte e um anos...” e finalizando com “os agressores norte-americanos e os vietnamitas traidores”;
- Recorte de jornal, contendo o artigo “Aerofotogrametria”, de Hermano Alves;
- Nove páginas mimeografadas, sob o título “Infiltração imperialista do ensino brasileiro”;
- Diversos recortes de jornais;
- Sete exemplares de *Luta Revolucionária*, ano I, n. 1, com 20 páginas mimeografadas;
- Dois exemplares do *Sobre a contradição*, de Mao-Tse-Tung, com 21 páginas mimeografadas. (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folhas 123-126)

O item seguinte do documento – de número 7 – informa que todos os materiais listados foram entregues para o titular da Delegacia de Vigilâncias Especiais, que os encaminhou para o Comando da ID/4, “para as providências necessárias” (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folha 126). Há um erro de datação neste documento, pois seu cabeçalho inicia datado de 22 de abril de 1969 e, ao final, (página 126) consta a data de 24 de março de 1969. A questão é que a aluna foi detida no dia 8 de abril de 1969. Como a listagem dos documentos estava pronta antes? Se foi um erro de digitação, o datilógrafo(a) errou não somente o mês, mas também o dia. Tal documento foi encaminhado para o reitor da UFMG, Gerson Brito Mello Boson, em 28 de abril de 1969, e enviado para os diretores das faculdades de Medicina e Odontologia no dia 5 de maio de 1969.

A resposta da Reitoria comprovando que Elza Pereira era estudante da Faculdade de Odontologia e servidora técnica da Faculdade de Medicina da UFMG gerou a solicitação, emitida em 29 de abril de 1969 pelo general brigadeiro Álvaro Cardoso, do seu enquadramento no AI-5, “pois não devem verbas do governo facilitar a atuação de elementos subversivos” (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folha 131).

Possivelmente utilizado para verificar a pasta funcional da servidora, entre os ofícios de comunicação do rito sumário há um manuscrito com duas grafias distintas,⁵ direcionado ao Departamento de Pessoal, com a seguinte inscrição:

Elza Pereira /
Contratada Faculdade de Medicina /
Verba Assistência Hospitalar? /
Por quem foi contratada? /
(UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folha 133)

Abaixo da primeira grafia, segue resposta com assinatura ilegível:

Não temos na D.P. nenhum /
Documento que comprove sua /
Contratação pela Reitoria. /
19/05/1969 /
[assinatura ilegível] /
(UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folha 133)

5 As tonalidades da tinta da caneta esferográfica são distintas, bem como o fluxo e desenho da escrita.

No dia seguinte à solicitação do general – 30 de abril de 1969 –, a servidora teve seu contrato de trabalho rescindido, por meio da portaria de n. 17, assinada pelo diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira. À pasta funcional da servidora foi adicionado que “a servidora foi surpreendida pelo chefe do referido laboratório como tendo no armário provada [sic], de uso da servidora, farto material de propaganda subversiva” (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folha 130).

Além da comunicação do chefe do laboratório, testemunharam contra Elza Pereira duas servidoras. A rescisão de contrato foi motivada ainda por ela se enquadrar no AI-5. O diretor da unidade rescindiu o contrato com Elza Pereira “em virtude das faltas graves por ela cometidas” (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folhas 130-131).

No âmbito da Faculdade de Odontologia, o inquérito instalado para analisar a situação da aluna não refutou as considerações de enquadramento de suas ações no AI-5. Como comprova a decisão da comissão, “a infratora teve todos os meios de defesa, tendo sido exaustivamente procurada por citação pessoal, fazendo-se o edital, após esgotar-se o último recurso, por parte do ilustre funcionário encarregado deste processo” (UFMG, Aesi, 1969, caixa 10, maço 18, folha 173). Contudo, o mesmo documento aponta que, posta em liberdade, Elza “desapareceu a fim de eximir-se do competente processo”.

Tal processo, contudo, não se resume ao caso extraordinário de Elza, aluna e trabalhadora da UFMG. De acordo com Castro (2017), em tese de doutorado que trata da apreensão de livros durante a ditadura militar no Brasil, em muitos casos as obras apreendidas constavam como prova para condenação do réu:

As constatações finais da pesquisa foram três: a primeira é que ao analisar-se os dados dos autos, percebeu-se que eles revelam uma fotografia da ditadura militar, sendo possível fazer uma correlação da repressão sofrida pelas diferentes organizações de resistência e o confisco de livros. A segunda constatação é que os agentes repressivos buscavam especificamente livros que pudessem incriminar os suspeitos, sendo instruídos para identificar quais livros poderiam ser tidos como subversivos. Por fim, a terceira observação é que os livros apreendidos tinham pesos relativos dentro de cada processo. Às vezes, figurando apenas como anexo e, em outros casos, sendo usados como prova para condenação do réu. (Castro, 2017, p. 10)

O recurso contra o desligamento da estudante Elza Pereira foi apresentado em 11 de maio de 1969. Dentre as justificativas de defesa, está o argumento de que as obras apreendidas no armário da aluna devem ser sabidas por qualquer estudante universitário. Assim, sem mais documentos, é encerrada a história de Elza Pereira no arquivo Aesi-UFMG.

Livros e subversão nas universidades brasileiras

Uma das formas adotadas para cercear a liberdade nos espaços universitários no Brasil durante o regime militar foi controlar as atividades estudantis, sobretudo as publicações, inclusive o controle das publicações legais. A apreensão das publicações em geral não era realizada pelas Aesis, mas pela polícia (Motta, 2014).

Nesse período, a censura aos livros se deu tanto em forma de controle do que se publicava quanto em relação ao que era lido pela população. Sobre o controle das editoras e livros,⁶ Reimão (2011) retrata o conjunto da produção e da ação editorial durante a ditadura militar. Além de mostrar as fontes utilizadas, a autora apresenta o quadro da censura no país no período de 1964 até 1970, ano em que é publicado o decreto n. 1.077 – que estabeleceu a censura prévia a livros e periódicos e tinha como foco a

repressão a obras que atentassem contra a “moral e os bons costumes”, tinha, todavia, um escopo mais amplo, pois em seu preâmbulo estabelecia uma vinculação direta entre a divulgação de obras com tal teor e a subversão, ao afirmar que a edição destas publicações “obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”. Desta forma, qualquer obra poderia ser considerada atentória à “moral e [a]os bons costumes”. E era politicamente mais fácil para a ditadura defender a censura moral do que a censura política. (Maués, 2012, p. 384)

Um dos dados relevantes apresentados na pesquisa da autora “é o de que os números de livros analisados e censurados pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP)⁷ aumentou após 1975 (governo Geisel), e até 1979 foi sempre maior do que durante o governo Médici (1969-1974), período considerado por muitos o mais repressivo” (Maués, 2012, p. 385).

Conforme aponta Motta (2014) e Reimão (2011), a censura de publicações no Brasil, no período militar, não se restringiu aos livros, e atuou nas diversas possibilidades de circulação de informações (escrita e/ou impressa). A censura

⁶ Atualmente há outras pesquisas e publicações sobre a censura em editoras brasileiras durante o regime militar, contudo nosso recorte está centrado nos textos de Maués (2012) e Reimão (2011).

⁷ O Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) era um setor do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), órgão do governo federal que, a partir de 1970, passou a ser o responsável pela censura de livros no país. Um tanto trágico inserir os livros e as editoras em uma estrutura administrativa governamental direcionada à diversão.

aos textos (livros, panfletos, comunicações, jornais, cartazes, dentre outros) foi marcada por uma atuação confusa, multifacetada e sem definição de critérios específicos. As apreensões não eram apenas das publicações, mas também de pessoas, em ações que mesclavam batidas policiais, confiscos e coerção física.

A censura nas bibliotecas universitárias

O inquérito da aluna Elza comprova como os livros que portava eram considerados perigosos para a juventude. Além do aparente fim repentino e da lacuna de informações referentes à aluna, o inquérito pode incitar várias questões sobre livros e bibliotecas na UFMG. A primeira questão é: os livros apreendidos constavam nos acervos das bibliotecas da UFMG naquele período? Ao consultar os inventários das bibliotecas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Faculdade de Medicina e Faculdade de Odontologia⁸ surge a segunda questão: por que os livros, apresentados pelo advogado de defesa da aluna como necessários para a formação acadêmica dos discentes, não faziam parte do acervo bibliográfico da instituição?

A reforma universitária de 1968, em um dos momentos mais tensos da repressão pela ditadura militar, que, em tese, “visava à aproximação da educação brasileira à de países desenvolvidos por meio de uma pretensa modernização de processos administrativos e atualização tecnológica, constituiu-se como uma ação autoritária e conservadora”. Foi no período do regime ditatorial que “as bibliotecas universitárias também sofreram com intervenções, interdições a acervos e alterações compulsórias às políticas de indexação e catalogação” (Victorino; Crespo, 2020, p. 8).

Os opositores ao regime, “procurando livrar-se de “provas” de qualquer inclinação esquerdista”, usaram como estratégias “queimar, ocultar documentos e ocultar livros, sobretudo os de orientação marxista”; enterrar ou doar livros para parentes insuspeitos e mesmo queimar documentos. Contudo, “os expurgos de livros não se limitavam às residências particulares, e atingiam também bibliotecas de instituições públicas”, a exemplo das invasões ocorridas nas bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (Motta, 2014, p. 27).

No caso específico da USP, tal situação impactou diretamente a formação do acervo e o funcionamento das bibliotecas, pois, com as informações disponibilizadas por meio de relatórios, “era possível mapear os títulos doados à biblioteca, restringindo informação e censurando a disponibilização de livros que, se

⁸ A consulta foi feita nas unidades onde a aluna possuía vínculo e em faculdades que possivelmente poderiam possuir tais livros em seus acervos.

classificados como subversivos, seriam apreendidos” (Victorino; Crespo, 2020, p. 8). As autoras, citando Chaffe (2009, p. 28), analisam que as bibliotecas se tornaram reprodutoras das ideias e premissas veiculadas pela ditadura, pois foram poucas as que, de fato, se constituíram como local de mudança e transformação dos indivíduos: “O bibliotecário, que sempre teve um papel decisivo na democratização da informação, viu-se reduzido a mero porta-voz das ideias, projetos e realizações governamentais”. Assim, para Victorino e Crespo (2020), subjugados pelo sistema, os bibliotecários não tinham liberdade para desenvolver coleções, tampouco disseminar as informações disponíveis nos acervos.

As invasões que ocorreram nas universidades e a censura imposta às bibliotecas “custaram caro aos profissionais bibliotecários no desempenho da função de disseminador de informação, e o medo da repressão fez com que as instituições praticassem a autocensura e deixassem de se pronunciar contra as ideias do governo militar” (Victorino; Crespo, 2020, p. 9).

Entretanto, relatos da época indicam que em muitas instituições os bibliotecários escondiam os livros, trancando-os em cofres e outros locais de difícil acesso. Portanto, mesmo sob pressão, muitos bibliotecários nunca perderam a sua dimensão de guardiões de livros, pois, ao mesmo tempo em que retiravam as obras de circulação, dificultando o acesso às publicações, também as guardavam, preservando as suas coleções e garantindo, dessa forma, a sobrevivência dessas fontes para a posteridade, como atestam Victorino e Crespo (2020).

Voltando aos livros que estavam em posse de Elza Pereira, não é possível trazer uma resposta imediata sobre o porquê de não constarem do acervo bibliográfico da UFMG na ocasião. Mesmo que se utilize da justificativa de que não faziam parte das demandas dos docentes, devido à repressão militar, é necessário refletir sobre a subserviência das bibliotecas à estrutura de poder da época. Não se pretende afirmar com isto que as bibliotecas poderiam adotar posicionamentos de descumprimento das normas e hierarquias da universidade.

Por outro lado, de acordo com a conferência dos livros no inventário patrimonial do Sistema de Bibliotecas da UFMG, constatou-se que a maioria dos títulos apreendidos no escaninho da aluna e trabalhadora Elza Pereira só foram integrar os acervos das bibliotecas da UFMG no final da década de 1990.

Por quê? A resposta não seria tão imediata quanto se deseja, mas suscita dúvidas. Conquanto existam diversos estudos sobre o funcionamento da censura à cultura durante a mais recente ditadura militar no Brasil, são poucas as informações disponíveis sobre outras formas de coação ao acesso ao conhecimento, inclusive sobre a repressão do Estado à livre circulação de livros, muitos dos quais não censurados, mas considerados subversivos pelo governo militar,

viraram até mesmo “provas de crimes” contra muitos brasileiros e, no caso específico, justificativa para um rito sumário que atentou contra a liberdade de Elza Pereira, uma jovem aluna e trabalhadora da UFMG.

O porte de livros pode ter sido um fator relevante na perda dos direitos de Elza, considerando a afirmação de Castro (2017, p. 94) de que os agentes da repressão, ao fazer buscas em espaços utilizados pelos sujeitos, eram instruídos no sentido de obter livros tidos como subversivos que pudessem incriminá-los, ou seja, “isto demonstra que o peso do livro subversivo pode ser relativo dentro do processo [judicial]. Ora um anexo, ora a principal prova”.

Considerações finais

O percurso compartilhado no presente artigo instiga inúmeras reflexões. O viés adotado assinalou, a partir do caso Elza Pereira, o refinamento das forças militares para intervir até mesmo nos processos de formação e desenvolvimento de acervos em bibliotecas universitárias. Como restou demonstrado pela pesquisa bibliográfica e documental, o material encontrado no escaninho da então aluna e trabalhadora, nas dependências da universidade, não constava nos relatórios de conferência dos títulos que compunham o patrimônio institucional. Não seria de todo descabido cogitar que podem ter sido aplicadas, pelo corpo de trabalhadores das bibliotecas de então, estratégias de natureza semelhante às anotadas por Victorino e Crespo (2020), sobretudo se se considera a aderência temática dos 51 títulos a campos de especialidade, por exemplo, de uma das unidades acadêmicas da UFMG, a Fafich.

As bibliotecas acadêmicas foram diretamente impactadas pelas forças repressivas do regime militar instaurado no Brasil e, de modo mais deletério, como pode ser visto no caso de Elza Pereira, o porte de livros não autorizados colocava em risco a vida daqueles que os possuíam.

Nesse sentido, vale lembrar parte da reflexão de Vergueiro (1987), em que discutia a censura e seleção de materiais em bibliotecas. No artigo publicado nos finais da década de 1980, quando o peso dos anos de chumbo e o calor de políticas autoritárias no âmbito acadêmico emanadas, em grande medida, pelos agentes ditatoriais estavam com toda força, Vergueiro prescrevia que “a preocupação com práticas de censura que atingem a biblioteca nunca poderá ser considerada sem qualquer proveito” e acrescentava: “Esta é uma discussão que deve ser levantada por toda a classe [bibliotecários brasileiros] e na qual as associações, sindicatos e demais órgãos profissionais deverão assumir, necessariamente, um papel destacado” (Vergueiro, 1987, p. 25).

O número reduzido de publicações cujas pesquisas tomaram esse assunto como objeto permite asseverar a necessidade de renovado esforço dos campos da biblioteconomia e da ciência da informação, articulados a outras áreas, para diminuir a lacuna de conhecimento que orbita essas questões, sem dúvida, desafiadoras.

Por fim, mas tão importante quanto tudo o que foi apresentado e discutido no presente trabalho, cumpre mencionar o gesto pleno de simbolismo operado pela UFMG, em sessão solene do Conselho Universitário, ocorrida em 24 de setembro de 2024. Naquela ocasião foram “homenageados membros da comunidade universitária da UFMG perseguidos pela ditadura militar” (Macieira, 2024; Matias, 2024; UFMG, 2024), no Brasil (1964-1985), dentre eles, Elza Pereira.⁹ Esse ato de reparação é crucial para a defesa da dignidade da pessoa humana e da democracia, ainda tão ameaçada em solo nacional.

⁹ Na mesma sessão solene, presidida pela reitora professora Sandra Regina Goulart Almeida, foi concedido diploma póstumo aos alunos que foram assassinados por lutarem contra a ditadura militar: Gildo Macedo Lacerda, Idalísio Soares Aranha Filho, Walkíria Afonso Costa e José Carlos Novais da Mata Machado. Irany Campos, técnico administrativo em educação, e os docentes Marcos Magalhães Rubinger (*in memoriam*) e João Batista dos Mares Guia também foram homenageados.

Fontes

Documentação arquivística

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969 (Revogado pela lei n. 6.680, de 1979).
- BRASIL. Decreto n. 93.314, de 30 de setembro de 1986. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/10/1986, p. 14.731.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras. Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação (rito sumário Elza Pereira). Belo Horizonte, 1969. Caixa 10, maço 18, folhas 116-193.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras. Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação. Belo Horizonte, 1979. Caixa 38, maço 23.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior. Resolução n. 01/86, de 28 de fevereiro de 1986. Institui o Projeto “Memória Intelectual da UFMG”, destinado a coletar, preservar e divulgar a produção intelectual dos corpos docentes, discente e técnico e administrativo da UFMG. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 1987, p. 82.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras. Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação. Belo Horizonte, 1989. Caixa 45, maço 2.

Referências

- ALMEIDA, Flávio de. Morre Maria Efigênia Lage, pesquisadora da memória institucional da UFMG. Portal UFMG, Belo Horizonte, 17 abr. 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/morre-maria-efigenia-lage-pesquisadora-da-memoria-institucional-da-ufmg>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Diná Marques Pereira; FERREIRA, Aline Rabello. Coleção Memória Intelectual da Universidade Federal de Minas Gerais: considerações sobre a guarda do Arquivo da Assessoria de Segurança e Informações. Revista Extensão, v. 2, p. 61-76, 2012.
- BÁEZ, Fernando. História universal da destruição dos livros: das tábuas da Suméria à Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BORGES, Jorge Luis. A muralha e os livros. In: BORGES, Jorge Luis. Outras inquisições. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 9-12.
- BRADBURY, Ray. Fahrenheit 451. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2007 (1.ed. 1953).
- CALVINO, Italo. Um general na biblioteca. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CASTRO, Ana Caroline Silva de. A apresentação de livros tidos como subversivos: o que os processos judiciais da ditadura militar revelam. Tese (Doutorado) — Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-23052017-152147/publico/ANACAROLINESILVADECASTROVC.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- CHAFFÉ, Bruna Abatti. O papel do bibliotecário na ditadura militar. In: CHAFFÉ, Bruna Abatti. A ditadura militar no Brasil e o controle da informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. f. 27-28. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22708/000740394.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 ago. 2024.

- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação: informação, memória e justiça no contexto democrático pós-1988. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- MACIEIRA, Luana. “Presente!”: UFMG homenageia estudante mortos e professores e técnicos perseguidos pela ditadura. Portal UFMG, 25 set. 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/presente-ufmg-homenageia-estudantes-mortos-e-professores-e-tecnicos-perseguidos-pela-ditadura>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- MATIAS, Vinícius. Irany Campos e Elza Pereira, TAE da UFMG, são homenageados por sua luta contra a ditadura pelo Conselho Universitário. Portal Sindifes, 25 set. 2024. Disponível em: <https://sindifes.org.br/irany-campos-e-elza-pereira-tae-da-ufmg-sao-homenageados-por-sua-luta-contr-a-ditadura-pelo-conselho-universitario/>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- MAUÉS, Flamarion. *Livros e censura durante a ditadura*. Livro: revista do núcleo de estudos do livro e da edição, São Paulo, n. 2, p. 383-386, ago. 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi: revista de história, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.
- MOURA, Maria Aparecida (org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros*. Ciência da Informação, Brasília, v. 16, n. 1, 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- VICTORINO, Victória Wiedenhofer; CRESPO, Maria Rosa. O impacto da censura política na biblioteca central da Universidade de Brasília: um estudo exploratório. RevIU: Revista Informação & Universidade CBBU Febab, v. 2 n. 2, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/24>. Acesso em: 14 ago. 2024

Recebido em 16/8/2024

Aprovado em 4/2/2025